



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

EDITAL

Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães, Presidente da Câmara Municipal de Alijó, nos termos e para efeitos do disposto do número 1 no artigo 56.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, torna públicas as deliberações aprovadas pelo Executivo Camarário na sua reunião ordinária do dia 15/04/2016.

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 - Aprovação da Ata da reunião ordinária de 08/04/2016.

Deliberação: aprovada, por unanimidade.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 - Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2016/04/11, apresentando um total de disponibilidades de 5.942.485,00€ sendo 5.181.817,79€ de dotações orçamentais e 760.667,21€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 - Presente informação UOF_DAF/2016/127, apresentando Documento de Prestação de Contas, referente ao exercício económico de 2015, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Aprovado, por maioria com as abstenções do Sr. Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) e do Sr. Vereador António Joaquim Fernandes (PS), revogar a deliberação tomada em reunião de câmara de 8 de abril de 2016, sobre este mesmo assunto.

Aprovado, por maioria com os votos contra do Sr. Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) e do Sr. Vereador António Joaquim Fernandes (PS), os documentos de prestação de contas de 2015, elencados no Anexo I da Resolução n.º 04/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas que se encontram integralmente elaborados e arquivados, estando disponíveis para consulta quando tal for solicitado.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos da al. l) do n.º2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal, nos termos do n.º3 do artigo 57º do mesmo diploma legal, que a deliberação tomada seja aprovada em minuta para efeitos imediatos.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2

O Presidente da Câmara apresentou a seguinte declaração de voto:

“A Prestação de Contas de 2015 é sem qualquer sombra de dúvida a melhor prestação dos últimos dez anos. Ela ocorre no momento em que o Município de Alijó está a implementar medidas de modernização administrativa, que se percebe não estarem, ainda afinadas e ajustadas às necessidades identificadas para que permita uma gestão ainda mais rigorosa. Este lapso informático nada teve a ver com o desempenho do Diretor Financeiro. Foi mais correto corrigir o referido lapso informático e conduzir à realidade atual do município do que esconder qualquer falha ou documento para que gerações vindouras o corrigissem.” É de notar que temos procedido a correções de registos contabilísticos datados de 2007, que obriga a situações excecionais de novas configurações e parametrizações. Foi conseguido. O Voto contra dos senhores vereadores com a argumentação de suspeição e manipulação de contas denota a distância que há entre nós. Não me agrada ser julgado pelo entendimento do que fariam outros. Mais uma vez me congratulo com a Prestação de Contas e reitero toda a confiança na equipa financeira, por isso o, meu voto é favorável.”

O Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) apresentou a seguinte declaração de voto:

“Já se sabia que este executivo permanente não acertava à primeira nos orçamentos: Para 2015, foi à 2.^a e para 2016, apenas à 3.^a. Agora também na conta de gerência não acertam à primeira. Este executivo camarário abre hoje, aqui, mais um precedente negativo na gestão financeira do Município de Alijó, apresentando uma conta de gerência de 2015, que vem alterar substancialmente outro relatório de contas, relativo ao mesmo período, apresentado na semana passada e aqui aprovado com os votos favoráveis da maioria camarária formada pelo executivo PSD e o Sr. Vereador João Manuel. Isto é, o mesmo executivo camarário permanente, que na última reunião de Câmara de 8 de abril aqui apresentou (e aprovou) um relatório de contas relativo a 2015 com determinados resultados, decorrida uma semana vem apresentar uma conta de gerência que altera substancialmente muitos números do relatório anterior, ao nível das receitas e das despesas. Não se trata portanto de uma mera alteração de pormenor, mas sim uma substituição de uns números por outros, substancialmente diferentes. Tendo obrigado à desconvocação da Assembleia Municipal que estava já marcada para este dia e a vinda da conta de gerência de novo a esta reunião de Câmara. Analisando o relatório de gestão, verifica-se que entre este relatório de contas e o outro relatório aqui aprovado na semana passada pela maioria camarária, é somado cerca de 1 milhão de euros nas receitas e menos cerca de 2 milhões e meio de euros nas despesas. Os mapas de controlo orçamental também divergem, designadamente nas receitas. Como se pode conceber uma situação destas? Uma alteração de um orçamento ainda se pode tentar compreender, pois trata-se de um documento previsional, mas alterar um relatório de contas, com tão grande alcance, é incompreensível e inaceitável, revelando a incompetência deste executivo permanente.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

3

Então um relatório de contas que passa por diversos crivos antes de ser apresentado em reunião de Câmara, apresenta uma tão grande disparidade nos dados? O executivo permanente não detetou? Não analisa os documentos que com esta importância aqui são apresentados à Câmara Municipal? Vota os documentos sem olhar para eles? Ou olha para eles e não percebe o que lá consta?

Resta apurar se se trata de correção dos números, ou da sua manipulação, para que os saldos obtenham os resultados pretendidos.

Pois na última reunião de Câmara, na apreciação da 1.ª versão da conta de gerência, aqui referi que o resultado final do exercício apresentado no relatório de gestão, apresentava um valor total das despesas superior ao valor das receitas, o seria demonstrativo de deficiências na execução do orçamento de 2015.

Esse meu argumento, o executivo permanente na altura não rebateu, tendo-se conformado com essa conclusão que era óbvia, em face dos dados apresentados. Basta ler as declarações de voto então apresentadas. E porque não rebateu se os números afinal não estavam corretos?

Aliás, na sua declaração de voto, o Sr. Presidente da Câmara limitou-se a afirmar que “os números falam por si”. Resta saber quais números? Os da semana passada, ou os de hoje? Porque não são coincidentes.

Toda esta trapalhada vem retirar toda a credibilidade a este executivo permanente, que se quer afirmar como o arauto das boas contas. Mas a prática desmente-o.

De salientar, aliás, que com a mesma naturalidade com que a maioria camarária aqui hoje aprova este relatório, na semana passada igualmente aprovou um relatório de contas diferente. Por aqui se mede a sua credibilidade.

Penso que, com estas alterações de última hora na conta de gerência de 2015, deveria ser suscitada mesmo a intervenção da Inspeção Geral de Finanças, para que se apure a regularidade de todos os números que aqui são apresentados.

Prosseguindo na análise da conta de gerência que agora nos é apresentada, existem outros aspetos que tecnicamente também não se compreendem. Da 1.ª versão do relatório para esta, verifica-se uma alteração no mapa de controlo orçamental das receitas, que aumentam cerca de 1 milhão de euros. Mas o mapa de fluxos de caixa mantém-se igual. Como explicar?

Entre outros dados que não batem certo entre os diversos mapas.

E imputações financeiras que me levantam muitas dúvidas, como os 528.799,76€ que aparecem na rubrica de “mercadorias” no Balanço do Ativo, quando no ano anterior nada aí surgia.

No respeitante à execução das despesas, verifica-se que é dececionante o grau de execução de certas despesas, como acontece com as transferências para as instituições sem fins lucrativos. Nestas transferências, a execução real do que foi orçamentado foi de zero(!), o que aconteceu em 2015, depois de já ter acontecido em 2014. Deve salientar-se que esta situação aconteceu por opção do executivo permanente, pois nada o impedia de ter cumprido, pelo menos parcialmente, o que estava orçamentado nesta rubrica. É uma opção estranha, para quem tanto anuncia que “primeiro estão as pessoas”.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

4

Interessa neste ponto esclarecer, e sabendo-se que as instituições sem fins lucrativos do concelho nada receberam, o que significa o montante de 3.057,50€ que surge nas transferências correntes para uma instituição não identificada, à revelia do Regulamento destas transferências aprovado pelo Município?

Mencione-se ainda, neste ponto, que neste ano de 2016, decorrido o primeiro trimestre, continua a não se verificar qualquer transferência para as instituições sem fins lucrativos, estando assim demonstrado que este executivo está a mover-se por critérios de calendário eleitoral, procurando reservar os apoios a conceder para uma data posterior e mais próxima das eleições autárquicas do próximo ano. O problema é que o movimento associativo do concelho procura assegurar uma atividade constante, em cada ano que passa, que não se coaduna com calendários eleitorais autárquicos.

Nas despesas de capital, em 2015, continua praticamente ausente o investimento.

No ano de 2015, concluiu-se a execução dos Planos aprovados em 2012 (PAEL e Plano de Reequilíbrio Financeiro), cujo financiamento daí decorrente permitiu a profunda redução da dívida de curto-prazo a fornecedores, bem como a redução dos prazos de pagamentos.

Para além da mera gestão corrente, a análise da conta de gerência de 2015 demonstra o evidente falhanço da atual governação concelhia, incapaz de promover uma estratégia global de desenvolvimento para este território.

Constata-se, a cada passo, que o atual executivo permanente é vazio de um pensamento estratégico que, do ponto de vista económico e social, possa assumir-se como parte ativa na melhoria dos indicadores deste concelho.

A gestão autárquica meramente paroquial a que vai aqui assistindo, promotora de uma postura fechada e isolacionista, é a triste garantia de que as oportunidades continuarão a passar ao lado deste concelho, cujo único dinamismo vai pertencendo à persistência dos seus agentes económicos locais e movimento associativo.

A ausência de atuação externa deste executivo, aliada a uma atuação interna na estrutura camarária desequilibrada e instável, conduz ao bloqueio da ação municipal, como se tem constatado no tempo que este mandato autárquico leva de duração.

A apreciação do desempenho camarário no ano de 2015 é, por tudo isto, profundamente dececionante.”

O Vereador António Joaquim Fernandes (PS) apresentou a seguinte declaração de voto:

“Em reunião de câmara de 08 de abril de 2016, entre outras recomendações alertou para o facto do exercício de 2015, apresentar um saldo negativo em que a despesa era muito maior que receita.

De nada serviu ter alertado para o erro que seria aprovar as contas com aquelas discrepâncias e que o Tribunal de Contas nunca as iria aprovar.

Mesmo assim não deram ouvidos e o Executivo Permanente, com o apoio de sempre, aprovaram as contas que trazem agora aqui para voltarem a ser votadas. É caso para



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

5

perguntar: as contas estavam antes certas ou erradas? Se estavam erradas onde estava o erro? Se estavam certas foram agora corrigidas para bater certo?

Sinceramente, perante tantas dúvidas não sei em que acreditar, se nas novas contas se nas anteriores.

Lamentavelmente, em anos anteriores era notória a dificuldade que este Executivo tinha em acertar com o plano e orçamento, assim como com as datas da sua apresentação.

Agora o problema é com as contas, que nem depois de terem sido chamados à atenção do problema, continuam a não dar ouvidos.

De uma coisa tenho a certeza, não foram as transferências para as associações sem fins lucrativos que baralharam as contas em 2015, porque por incrível que pareça nem um cêntimo foi transferido.

Pelo que acabo de referir, voto contra.”

A vereadora Cristina Felgueiras (PSD) apresentou a seguinte declaração de voto:

“Em relação à execução deste orçamento e a prestação de contas, as mesmas registam uma taxa de execução das mais altas dos últimos anos.

Reconheço que as associações desenvolvem um trabalho árduo e permanente e sem apoios financeiros deste o tempo do executivo do PS.

Este município teve que gerir a situação económica e financeira que encontrou quando chegou, o que exigiu muito esforço, dada a gestão ruínosa do executivo anterior. Apesar disso não esqueceu as pessoas e inovou relativamente a algumas decisões, e cita a título de exemplo: atividade física que o município proporcionou aos Sêniores do concelho e a qual se desenvolve nas IPSS's a criação da Universidade Sénior, as transferências para o Agrupamento de Escolas de Alijó, o que não acontecia desde 2011, e a cedência gratuita de manuais escolares a alunos carenciados do 1.º ciclo (entre outras).

O Executivo permanente é acusado de não ouvir a oposição, mas esta votação mostra o contrário, ou seja os senhores vereadores da oposição que votam contra não quiseram ouvir as explicações claras que foram dadas para a retificação que é aqui proposta. Mais grave do que cometer um erro é não reconhecê-lo ou permitir nele.

Houve um erro informático em que houve parcelas que não estavam contabilizadas, o que foi, entretanto desbloqueado.

Assim, estas contas foram retificadas e devem ser assumidas – porque o são- como boas.”

O Vereador José Rodrigues Paredes (PSD) apresentou a seguinte declaração de voto:

Em nada me espanta, mesmo rigorosamente nada me espanta que os senhores vereadores da oposição não aceitem as justificações aqui apresentadas para o lapso informático ocorrido pondo em causa a veracidade das contas apresentadas.

Facto que a meu ver é bem demonstrativo da sua predisposição “nata” para votar contra as contas, no caso de 2015, apresentadas por este executivo e independentemente dos números



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

novos traduzirem rigor total e uma das melhores, se não a melhor execução orçamental dos últimos mandatos.

De uma coisa os senhores vereadores da oposição podem ter a certeza, as contas de este Executivo Permanente não escondem receita realizada e não contabilizada, não escondem pagamentos em duplicado a prestadores de serviços, a título de exemplo, como aconteceu no passado recente.

Por estar totalmente convicto da veracidade e do rigor das contas aqui apresentadas voto favoravelmente.”

O Vereador João Manuel Costa (PS) apresentou a seguinte declaração de voto:

“Apesar da apresentação do documento de Prestação de Contas incluir correções explicadas pelo Executivo Permanente, e sendo este documento o reflexo da atividade de 2015, verifica-se um saldo positivo do exercício de 3,2 milhões de euros, reafirmando que permitiria à autarquia realizar mais algumas atividades, dinamizando o Concelho.

É ainda de realçar o nível de execução positivo de mais ou menos 80%, bem como a redução significativa de 53% do excesso de endividamento, assim como a redução do número de dias de pagamento a terceiros de 451 dias para 54 dias, o que dá ao município boas perspetivas de futuro.

Pelo exposto voto a favor.”

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

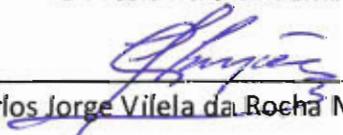
Ponto 3.1 - Presente informação UOF UOT/2016/06, referente a uma operação de destaque de uma parcela de terreno localizado na União de Freguesias de Castedo e Cotas, cujo requerente é o Sr. José António Llobet Vale Pinheiro da Veiga, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município de Alijó, 18 de abril de 2016

O Presidente da Câmara



Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães